

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: PIUR 127

Data: 29/07/90

Pg.: \_\_\_\_\_

# Superintendente faz críticas à Funai

Cuiabá (AE) — A modernização introduzida nas áreas indígenas durante as décadas de 70 e 80 não foi acompanhada de uma orientação, situação que persiste em algumas aldeias até hoje. A constatação é da Superintendência da Funai em Cuiabá, que abrange os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

"O tratamento paternalista promovido pela própria Funai e por incentivos internacionais, através do Banco Mundial, desestruturou o modo de vivência dos índios, criando necessidades que eles até então não tinham", reconhece o superintendente José Silvério da Silva, no cargo há dois anos.

Os incentivos foram despejados nas áreas indígenas sobretudo durante a passagem de Rangel Reis pelo Ministério do Interior, que pretendia emancipar os índios em 5 anos. Junto com a verba distribuída prodigamente pela Funai aos índios que habitavam áreas de cerrado, o Banco Mundial começou a injetar verbas no projeto Pólo-Noroeste, que abrangia as áreas da Amazônia legal. "Esses projetos foram uma nova forma de colonialismo", critica o coordenador do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) de Mato Grosso, Mário Bordignon.

O sociólogo José Augusto Mafra, assessor da Funai, não é tão trágico, mas tece críticas aos créditos extra-Funai que colocou inclusive barcos a motor em áreas que não possuem rio navegável. "os Nambikwara foram os mais atingidos pelo processo desenvolvimentista" historia. "Hoje, com a situação econômica nacional destruída, os incentivos foram totalmente cortados, mas os índios não se conformam. Diariamente, estão batendo à porta da Funai pedindo bateria solar, trator, barco e até avião. Como não recebem nada, partem para a comercialização da madeira, a maior preciosidade que possuem nas terras". No entanto, desde o tempo em que foram estimulados a fazer grandes plantações de arroz, eles não receberam instruções quanto à comercialização. Vendem ao primeiro que aparecer com dinheiro, sem li-

gar para o preço de mercado. Com a madeira acontece a mesma coisa. "Os índios são imediatistas. Eles vendem mas não fiscalizam a retirada, e os madeireiros, que pagam para tirar mil árvores, retiram duas ou três mil", reclama Mafra. "Vender madeira ou arrendar terra para garimpo e pastagem rende mais do que a Funai pode lhes oferecer", alerta.

À Funai, a quem caberia o trabalho de fiscalização, resta o lamento, segundo o superintendente, o orçamento para Mato Grosso só cobre 6% das necessidades, e o órgão possui apenas mil homens para o trabalho administrativo e atendimento de campo dos cerca de 48 mil índios distribuídos em 58 diferentes grupos. "Nossa dificuldade é maior, pois não existe uma política indigenista definida. Cada superintendente age em sua região como acha melhor", diz Silvério. "Nós somos como um governo paralelo, pois temos que realizar nas áreas indígenas os trabalhos que os Ministérios de Saúde, Educação e Agricultura realizaram no restante do país", critica, historiando que o espírito desenvolvimentista das décadas passadas municiou os índios, mas esqueceu da própria Funai. Silvério sugere um remanejamento de pessoal, tirando-os de escritórios administrativos para colocá-los no campo.

O povo que mais cresce é o Xavante, habitante do cerrado Mato-Grossense. Com uma média de 8 filhos por família, o grupo tem hoje cerca de 70% de sua população de 6 mil pessoas formado por jovens de até 30 anos, com crescimento populacional anual de 4% a 5% eles foram um dos mais afetados pelos incentivos da Funai durante o decênio 77/87. Mário Bordignon, da missão Salesiana, acompanhou o período desenvolvimentista dentro da aldeia. Nos cerrados, o grande incentivo era para a plantação de arroz. A área indígena São Marcos, de 188 500 hectares, no leste de Mato Grosso, ganhou sementes, colheitadeiras, tratores, além de sementes, adubo e óleo diesel. Também foi construído um galpão e adquirido um secador. Com essa estrutura, os índios cultivavam 800 hectares conseguindo uma produção, em

82, de 15 mil sacas de arroz. "O objetivo era mostrar que o Xavante era trabalhador e que por isso podia viver por si mesmo. Mas faltou dar-lhes estrutura psicológica e diferenciar as diversas etnias. O resultado foi a desestruturação de povos" reclama. Os índios vendiam todo o arroz que produziam ao primeiro que aparecia com dinheiro, e não se preocupavam em guardar para semente ou para a subsistência própria, precisando gastar tudo o que ganhavam na recompra dos produtos. "Muitos largaram as culturas tradicionais, e como só os jovens aderiram ao projeto, os velhos e as mulheres ficaram excluídos, desestruturando o sistema de trabalho nas aldeias", conta.

Segundo Bordignon, o projeto estimulou falsas lideranças, pois aqueles que conseguiram mais dinheiro passavam a comandar a tribo, criando dissidências. "O projeto foi usado pela Funai para o aliciamento de índios que se tornaram mais fortes que alguns chefes do próprio órgão", diz, reconhecendo que muitos caciques passaram a desviar dinheiro do projeto. O próprio superintendente da Funai conta que em algumas aldeias o cacique preserva seus privilégios. As máquinas que ficaram abandonadas por muitos anos, hoje estão sendo leiloadas, os pastos indígenas estão sendo alugados e muita madeira vendida para suprir necessidades nascidas da época de fartura econômica. Os índios mais velhos retornaram ao sistema cultural tradicional, mas as lideranças mais jovens ainda sonham em ressuscitar o projeto desenvolvimentista. Bordignon conta, que no mês passado, o cacique Alexandre, de Sangradouro, esteve em Cannes, na França, participando de uma reunião, quando conseguiu verba que está aplicando na compra de maquinários para repetir o projeto. "A tecnologia ainda não foi assimilada por eles, e se transforma numa espécie de imperialismo", constata. "Ela precisa ser introduzida lentamente e com acompanhamento, o que não acontece porque a própria Funai está deficiente", conclui Bordignon. (Evandro Fadel).